



4^o CONGRESSO BRASILEIRO DE **GESTORES E MEMBROS** DE COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO

04 a 07 DE JUNHO • BRASÍLIA/DF

**EVENTO
EXCLUSIVO!**

O CONGRESSO

O concurso público é instituto jurídico fundado nos princípios da isonomia e do interesse público. Trata-se de importante instrumento de gestão de pessoas, essencial não somente para a igualdade de oportunidades como também para a identificação dos mais aptos para bem servir o público. Por envolver gastos consideráveis - momentâneos e permanentes - a atividade administrativa de seleção deve ser objeto de cuidadoso planejamento para que os objetivos traçados possam ser atingidos.

O **4º Congresso Brasileiro de Gestores e Membros de Comissão de Concurso Público** se insere nesse cenário como o grande fórum nacional de discussões dos agentes públicos e particulares envolvidos com o tema. Nessa edição, o evento será realizado na Capital Federal e propiciará debate amplo e plural a respeito de questões atuais e controvertidas ligadas ao concurso público.

Durante quatro dias, renomados especialistas comandarão as discussões com foco direcionado no planejamento, organização, realização e controle dos concursos. A programação do evento possui caráter eminentemente científico e interdisciplinar, permitindo a abordagem de assuntos que extrapolam o conhecimento jurídico e cuja compreensão é essencial para que os concursos possam atingir os seus objetivos. A abordagem proposta privilegia a problematização, a busca de respostas e o estímulo à

reflexão, sem perder de vista o necessário embasamento teórico. Os participantes terão rica oportunidade de intercâmbio de experiências não somente com os instrutores mas também com congressistas de todas as regiões do país.

Desta forma, o evento possui o objetivo de capacitar agentes públicos e privados para atuarem com segurança, objetividade e eficiência em todas as atividades ligadas ao concurso.

Você é nosso convidado - traga suas dúvidas, suas experiências e sua disposição para discutirmos sobre todo o ciclo do concurso público!

PÚBLICO-ALVO

Para garantir o sucesso do congresso, é essencial a presença e a participação efetiva dos servidores públicos e dos colaboradores do Sistema S que atuam nesses processos. Dentre o público-alvo destacam-se: membros de comissão e banca de concurso público e processo seletivo; gestores da área de Recursos Humanos; servidores que atuam em Gestão de Pessoas; autoridades superiores; ordenadores de despesas; administradores públicos em geral; assessores jurídicos e técnicos; controladores internos; auditores; contadores; e demais servidores.



OBJETIVO

- Capacitar agentes públicos e particulares que lidam com concursos públicos em suas diversas etapas;
- Permitir uma visão completa do ciclo do concurso público como instrumento de gestão de pessoal, essencial para a prestação de serviços públicos de qualidade;
- Capacitar agentes públicos para atuarem na contratação de instituições para a realização de concursos, compreendendo as cautelas necessárias na licitação e na contratação direta.
- Identificar os riscos mais importantes na realização do concurso, estimulando ações preventivas e identificando boas práticas;

- Compreender o regime jurídico das ações afirmativas - cotas - nos concursos, identificando as principais controvérsias e suas soluções;
- Refletir sobre a importância do planejamento do concurso e das diversas etapas que o compõem, analisando questões concretas e propondo respostas;
- Atualizar os conhecimentos relativos às decisões jurisprudenciais e às propostas legislativas ligadas ao tema.

PROGRAMAÇÃO

1º DIA | 04 de junho de 2019

08h00	Credenciamento
09h00	Café da manhã de boas-vindas e lançamento dos livros.
09h30	Abertura
10h00	PAINEL DE ABERTURA <i>Palestrante Júlio Marcelo de Oliveira - TCU</i> Concurso público: inovar é preciso <i>Palestrante Raquel Melo Carvalho</i> Gestão de pessoas no serviço público: o que nos espera? Ementa: Considerando os diversos modos de exercício das funções públicas na estrutura do Estado brasileiro, cumpre definir o alcance da regra do artigo 37, II da Constituição que tornou obrigatória a realização de concurso público. Regime estatutário: distinguir a investidura nos cargos efetivos da nomeação para cargos discricionários, atentando para a evolução na obrigatoriedade da sua incidência à luz das mudanças constitucionais e jurisprudenciais. Enquadramento do concurso na profissionalização da atividade estatal na Administração direta, autárquica e fundacional, com exame das medidas complementares essenciais ao alcance desse objetivo. Regime de emprego público: definir a vinculação do artigo 37, II da CR nas estatais, com destaque para o entendimento do STF sobre a repercussão da segurança jurídica em hipótese de inobservância. Condições para incidência do regime celetista entre 1998 e 2008 na Administração direta, indireta e fundacional. Em discussão: as consequências jurídicas da realização do concurso público no momento da admissão sobre as condições para a rescisão do contrato de trabalho. Distinguir o concurso público do "processo seletivo simplificado" utilizado para admissão de contratados temporários com base no artigo 37, IX da Constituição, fixando a amplitude e os requisitos que vinculam esses procedimentos. Analisar as diversas formas de descumprimento da exigência de concurso público na estrutura do Estado brasileiro, com indicação da resposta do ordenamento a tais ilicitudes, conforme orientações atualizadas dos Tribunais Superiores.

12h00	<i>Almoço</i>
13h30	<p>SALAS TEMÁTICAS - SIMULTÂNEAS <i>Palestrante Raquel Melo Carvalho</i> Sala I - Exame psicotécnico, provas físicas, curso de formação - controvérsias práticas e soluções. Ementa: Repercussão da reserva legal, proporcionalidade e discricionariedade administrativa na previsão editalícia do exame psicotécnico, provas físicas, curso de formação. Em discussão: normatização administrativa (Resoluções) de Conselhos Profissionalizantes e sua força vinculante nos diversos níveis federativos. A não especificidade das regras em face das necessidades objetivas do serviço público. Perfil profissiográfico: divulgação ou sigilo? Aptidão de saúde mínima para o cargo e provas físicas: amplitude de exigibilidade, pressupostos, distinções de exigências (é constitucional prever critérios mínimos diferentes para candidatos e candidatas?). Em questão: a deficiência como limite de acesso ao cargo ou ao emprego público e o desafio da inclusão (exame da constitucionalidade das ações afirmativas). A jurisprudência dos Tribunais Superiores admite designação de nova data para provas físicas? Em quais situações? Curso de Formação: conceito, objetivos, requisitos. Repercussão da etapa no ato de nomeação como parte da investidura do servidor público.</p> <p><i>Palestrante Bruno Belém</i> Sala II - Nulidades nos concursos: notas práticas para a defesa do concurso público perante Judiciário e nos Tribunais de Contas. Ementa: Princípios aplicáveis ao concurso público. Controle judicial e controle externo da administração pública. Defesa da fase interna do concurso público. Defesa da fase externa do concurso público. A declaração de nulidade e a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.</p>
16h00	<i>Coffee Break</i>
16h20	<p>Palestra <i>Palestrante Flávio Unes</i> Contornos atuais da terceirização na Administração Pública Ementa: Contornos atuais da terceirização na Administração Pública. Os limites da terceirização no setor público suscita controvérsias, inclusive com processos já em fase de julgamento perante o STF. Saber em que medida haveria ofensa ou não ao princípio do concurso público e quais atividades seriam indelegáveis à iniciativa privada são os temas a serem abordados.</p>
18h00	Encerramento 1º dia

2º DIA | 05 de junho de 2019

09h00	<p>OFICINAS SIMULTÂNEAS <i>Palestrante Heloísa Helena Godinho</i> Oficina I - Jurisprudência e concursos públicos: como, quando e por que utilizar. Ementa: Conceito de jurisprudência. Teoria dos precedentes, uniformização do direito e segurança jurídica. Processo de formação da jurisprudência. Utilização da jurisprudência como fonte na etapa do planejamento (matriz de risco) e na execução do concurso (racionalidade). Objetos mais tratados na jurisprudência do Poder Judiciário e dos Tribunais de Contas.</p> <p><i>Palestrante Ana Livia Castro</i> Oficina II - Conteúdos programáticos para uma seleção eficiente nome. Ementa: A importância e o papel sóciopolítico do concurso público. O que é uma seleção eficiente. Relação entre atribuições do cargo e conteúdo programático. Relação entre conteúdo programático e a elaboração das provas de concursos públicos. Papel da Comissão de Concurso e Organizadora para a elaboração eficiente do conteúdo programático.</p>
10h00	<i>Intervalo</i>
10h20	Continuação das Oficinas I, II
12h00	Almoço
13h30	<p>PALESTRA <i>Palestrante Heloisa Monteiro</i> "Concurso e finanças públicas em tempo de crise: restrições e possibilidades na admissão e contratação de pessoal"</p>
16h00	<i>Coffee Break</i>
16h20	<p>A vida como ela é! <i>Palestrantes Heloísa Helena, Fabrício Motta e Matheus Carvalho.</i> Espaço reservado à apresentação de inovações, problemas, boas práticas, compartilhamento de experiências e histórias.</p>
18h00	Encerramento 2º dia

3º DIA | 06 de junho de 2019

09h00	<p>Palestra <i>Palestrante Matheus Carvalho</i> Como evitar erros e inconsistências nos editais: os erros mais comuns na visão dos candidatos. Ementa: Vamos discutir os temas mais polêmicos dos editais de concursos públicos e quais são as inconsistências mais encontradas pelos candidatos, ensejando interposição de recursos administrativos e, até mesmo, a impetração de mandado de segurança em face do certame, com o intuito de sanar irregularidades. Traremos alguns exemplos práticos e faremos uma análise teórica do tema, de forma a evitar esse tipo de transtorno para os organizadores do certame e para os candidatos.</p>
--------------	---

10h00	<i>Intervalo</i>
10h20	<p>PALESTRA <i>Palestrante Rodrigo Zanzoni</i> Concurso público é só o começo – pensando a gestão de pessoas no serviço público Ementa: - Concurso Público: aspectos relacionados à avaliação da competência do conhecimento técnico/habilidades do candidato; - Demais competências não avaliadas pelo Concurso Público, alvo da gestão de pessoas; - Aspectos da Gestão de Pessoas: competências em suas diversas dimensões (Técnicas, Atitudes, Habilidades, Comportamentais); - O papel da gestão de pessoas enquanto fomentadora de resultados institucionais; - As políticas de gestão de pessoas no âmbito da governança do setor público: a importância do patrocínio institucional da alta administração.</p>
12h00	<i>Almoço</i>
13h30	<p>SALAS TEMÁTICAS - SIMULTÂNEAS <i>Palestrante Fabiano Coelho Souza</i> Sala I - Empresas estatais, concurso e planos de cargos – o que pode e o que não pode Ementa: Nesta atividade, vamos verificar as formas de admissão e organização interna nas empresas estatais. Os participantes terão contato com uma profunda revisão da legislação e da jurisprudência dos tribunais superiores sobre os concursos públicos, além de uma abordagem atualizada envolvendo a Reforma Trabalhista e os impactos na organização interna das empresas, em especial na formatação dos planos de cargos e salários e dos regulamentos de pessoal.</p> <p><i>Palestrante Antônio Flávio de Oliveira</i> Sala II - Cessão, remoção, redistribuição, enquadramento – instrumentos de gestão de pessoal e preservação do concurso público. Ementa: O concurso público na Constituição Federal de 1988 – inovação constitucional com o estabelecimento desse meio como única forma de ingresso de efetivos. A gestão de pessoal e a segurança funcional em vista das necessidades administrativas e do interesse público. Meios constitucionais e legais de movimentação de servidores após a vigência da Constituição de 1988: o Remoção; Cessão; Enquadramento; Redistribuição. Desvios no uso da movimentação de pessoal e suas consequências.</p>
15h30	<i>Coffee Break</i>
16h00	<p>PALESTRA <i>Palestrante Antônio Flávio de Oliveira</i> Contratação de instituições e concurso público – cautelas na formalização, execução e fiscalização do contrato. Ementa: A preparação do termo de referência ou projeto básico e a escolha da modalidade licitatória ou contratação direta. A necessidade de capacidade técnica da contratada. A execução do objeto contratual e as dificuldades na fiscalização da execução. O problema da remuneração em vista do pagamento de inscrições pelos candidatos.</p>

18h00

Encerramento 3º dia

4º DIA | 07 de junho de 2019

09h00

MUDANDO A CABEÇA

Palestrante Luciane Moessa de Souza

Construção de consensos na gestão e organização de concursos públicos. Possibilidades e limites de ajustamentos de conduta, gestão e pressupostos para responsabilização.

Ementa: Vantagens, fundamentos jurídicos, limites e possibilidades da utilização de meios co sensuais para prevenção e resolução de conflitos envolvendo o Poder Público. Princípios constitucionais da Administração Pública: limites e possibilidades trazidas pelos princípios da legalidade, da isonomia e da publicidade. Construção de consenso e processos de tomada de decisão na Administração Pública: audiências e consultas públicas, elaboração de editais. Construção de consenso e processos de resolução de conflitos envolvendo o Poder Público: processo administrativo e judicial. Momento apropriado, casos em que o caminho consensual é adequado, procedimento a ser adotado, parâmetros a serem considerados no conteúdo dos acordos.

10h40

Coffee Break

11h00

PALESTRA DE ENCERRAMENTO

Cons. Inácio Magalhães Filho (TCDF)

A segurança jurídica dos concursos públicos.

Ementa: Concurso público. Exigência constitucional. Princípio da isonomia e da eficiência. Inexistência de legislação nacional. Insegurança jurídica. Legislação distrital para a realização do certame público. Atuação fiscalizadora do TCDF.

12h00

Entrega de Certificados

*O participante deverá optar por umas das oficinas que acontecem simultaneamente durante as programações.

* Programação sujeita a alteração devido a alteração de leis, decretos e entre outros.



CARGA HORÁRIA
28 HORAS



MATERIAL
DIDÁTICO COMPLETO



03 **ALMOÇOS**
04 **COFFEE BREAKS**

COORDENADOR TÉCNICO



FABRICIO MOTTA

Procurador Geral de Contas junto ao Ministério Público do TCM GO, graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás – UFG – mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC MG – e doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP –. Ele é membro do Conselho Editorial das Revistas A&C, Direito Administrativo e Constitucional e da Revista Brasileira de Interesse Público, presidente do Instituto de Direito Administrativo e professor convidado dos cursos de especialização do Instituto Bacellar e da Fundação Getúlio Vargas – EDESP – e de cursos de extensão da Sociedade Brasileira de Direito Público. É também coordenador e co-autor das obras “Direito Público Moderno”, “Concurso Público e Constituição”, co-autor das obras “Reforma da Previdência”, “Direito Público – Estudos em Homenagem ao Professor Adilson Dallari”, “Direito da Integração e Pregão Presencial e Eletrônico” e autor do livro “Função Normativa da Administração Pública”. Tem experiência na área do Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo, atuando principalmente nos seguintes temas: licitação, contratos públicos, concurso público, regime jurídico administrativo, servidor público.

PALESTRANTES



RODRIGO ZANZONI

Auditor de Controle Externo do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (concurado, desde de 2010) e atual Chefe de Gabinete da Presidência da Corte, na qual exerceu a função de Diretor de Planejamento e Implementação de Sistemas do TCMGO (2011-2016). No período de 1994 a 2008 foi Servidor Público Federal concursado da Carreira de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União no Distrito Federal e em Goiás. Professor de Administração Financeira e Orçamentária, Contabilidade Pública e Auditoria Governamental e de Gestão em cursos de extensão, capacitação, graduação e pós-graduação de Ciências Contábeis e Administração (Pública) em instituições de ensino superior de Goiás e do Distrito Federal desde 2003. Professor convidado da Universidade Federal de Goiás para cursos de pós-graduação em políticas e gestão do setor público (2015 - 2019). Atuou como Coordenador dos Cursos de Graduação e pós-graduação em Ciências Contábeis e Administração Pública das Faculdades Alves Faria (ALFA) e, posteriormente, como Diretor desta instituição de ensino superior (2004-2011) na área de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos e Cursos de Extensão. Graduado em Ciências Contábeis, Pós-Graduado em Auditoria e Gestão Governamental e Mestrando em Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste.



BRUNO BELÉM

Mestre em Ciências Jurídico-Políticas (Universidade de Lisboa - Portugal). Especialista em Ciências Jurídico-Políticas (Universidade de Lisboa - Portugal). Especialista em Direito Constitucional (Universidade Federal de Goiás). Diretor do Instituto de Direito Administrativo de Goiás - Idag. Procurador do Estado de Goiás. Assessor Técnico na Secretaria de Estado da Casa Civil. Advogado.



JULIO MARCELO DE OLIVEIRA

Atualmente é Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União. Possui graduação em Direito pela Universidade de Brasília (1996) e graduação em Bacharelado em Ciência da Computação pela Universidade de Brasília (1990).



FLÁVIO UNES

Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor e Coordenador do curso de pós-graduação em Direito Administrativo do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Professor de Direito Eleitoral. Foi Assessor Especial da Presidência do STF, Assessor de Ministro do STJ e Assessor de Ministro do TSE. Sócio do escritório Silveira e Unes Advogados.



HELOÍSA HELENA M. GODINHO

Mestranda em Políticas Públicas e Gestão Governamental (IDP). Especialista em Direito Tributário e Processo Tributário (PUC/GO). Conselheira Substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Professora de Direito Financeiro e Direito Tributário da Escola Superior da Magistratura do Estado de Goiás – ESMEG. Palestrante. Secretária-Geral do IDAG – Instituto Goiano de Direito Administrativo. Secretária-Geral da AUDICON – Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas. Membro do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da ATRICON – Associação dos Tribunais de Contas do Brasil.



MATHEUS CARVALHO

Procurador da Fazenda Nacional. Especialista em Direito Administrativo. Professor do CERS Cursos Online e diversos cursos preparatórios e de pós-graduação. Palestrante e autor de obras jurídicas, incluindo o Manual de Direito Administrativo, Ed. Juspodivm.



FABIANO COELHO SOUZA

É Juiz do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região desde 1999 (aprovado em 1º lugar no concurso), atuando como Titular da 4ª Vara do Trabalho de Goiânia-GO. Foi Juiz do Trabalho do TRT da 10ª Região (Distrito Federal e Tocantins, entre 1998 e 1999). Esteve convocado no Tribunal Superior do Trabalho entre 2014 e 2018. Foi Coordenador Nacional do Processo Judicial Eletrônico no biênio de 2016-2018. Atuou como Gestor Nacional dos Programas Trabalho Seguro e de Erradicação do Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem, vinculados ao TST e ao CSJT, no biênio de 2016-2018. É professor em diversos cursos de pós-graduação nas áreas de Direito do Trabalho, Direitos Humanos e Direito Processual. Autor de várias obras e artigos jurídicos na área trabalhista. É Mestre em Direito pela PUC-GO e Doutorando do Programa Interdisciplinar de Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás (aprovado em 1º lugar na seleção de 2019).



ANTÔNIO FLÁVIO DE OLIVEIRA

Procurador do Estado de Goiás, com atuação na Procuradoria Administrativa de Goiás; Árbitro na CAMES; Mestrando em Direito e Políticas Públicas – UFG; Especialista em Direito Constitucional e Processo Civil; Professor de Direito Constitucional, Financeiro e Administrativo na Universidade Salgado de Oliveira – campus de Goiânia; ex-professor da Escola Superior da Magistratura de Goiás – ESMEG; ex-professor da Escola Superior da Advocacia de Goiás; Juiz Instrutor no Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-GO; autor de diversas obras relativas a servidor público, além de outros temas, pela Editora Fórum e Palestrante.



LUCIANE MOESSA DE SOUZA

Bacharel e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Doutora em Direito, Estado e Sociedade pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo sido Visiting Scholar na Universidade do Texas, campus Austin, durante a pesquisa, que versou sobre “Meios consensuais de conflitos envolvendo políticas públicas”. Pós-Doutora em Direito Econômico e Financeiro pela Universidade de São Paulo (USP), tendo sido Pesquisadora Visitante na Università Luigi Bocconi, em Milão. Autora de diversas obras e artigos científicos nas áreas de Direito Público, Direito Ambiental e Mediação de Conflitos. Coordenadora e conteudista do curso online “Resolução Consensual de Conflitos Coletivos envolvendo Políticas Públicas”, oferecido pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM), do Ministério da Justiça, em parceria com a UnB, em 2014. Conciliadora na Câmara de Conciliação e Arbitragem da Advocacia-Geral da União de 2010 a 2011. Advogada com experiência nos setores público (Banco Central do Brasil) e privado. Sócia-fundadora da “Soluções Inclusivas Sustentáveis”(SIS), baseada no Rio de Janeiro.



RAQUEL MELO CARVALHO

Procuradora do Estado de Minas Gerais, Mestre em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da UFMG, Professora de Direito Administrativo.



INÁCIO MAGALHÃES FILHO

Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF e atual Corregedor da Corte. Foi Procurador do Ministério Público de Contas do DF e Auditor de Controle Externo do TCDF; exerceu diversos cargos de direção no TCDF, entre eles o de Diretor de Legislação de Pessoal. Ainda, exerceu mandato de Presidente do mesmo Tribunal. Doutor em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa – UAL, Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP, Especialista em Direito Público, Professor de Direito Constitucional e Administrativo. Escritor, autor do livro Lições de Direito Previdenciário e Administrativo no Serviço Público e de inúmeros artigos em publicações especializadas. Palestrante e instrutor de cursos nas áreas de legislação de pessoal, aposentadorias e pensões, legislação constitucional aplicada a servidores públicos, gestão de folha de pagamento, auditoria na folha de pagamento no serviço público, entre outros.



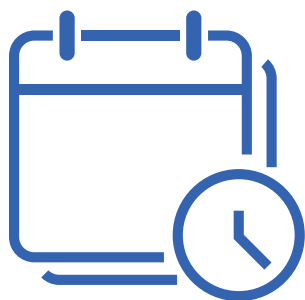
ANA LIVIA CASTRO

Professora e Mestre em Estudos Literários pela Universidade Federal de São Carlos, Psicanalista Lacaniana em formação, Pesquisadora em Linguagem e suas Implicações Biopsicossociais e Membro de Bancas de Elaboração e Correção de Concursos.

MATERIAL INCLUSO

- Material de Apoio - Com Treinamentos; (pasta executiva, caneta, lapiseira, marca texto e bloco)
- Material Didático Exclusivo;
- Certificado com Registro em Cartório;
- 04 (quatro) coffee breaks e 03 (três) almoços;

DATA E LOCAL



04, 05, 06 E 07 DE JUNHO DE 2019 • BRASÍLIA/DF

QUALITY HOTEL

Rua SMAS Setor de Multiplas Atividades Sul - Trecho 3, S/N, Smas
Trecho 3 - Guarã, Brasília - DF, 71215-300

CONFIRA DESCONTOS ESPECIAIS PARA HOSPEDAGEM

CATEGORIA	QUARTO	*R\$ DIÁRIA	INCLUSÕES	ADICIONAIS
Superior Twin - **2 camas de solteiro	Single/ double	R\$ 259,00	café da manhã	Mais taxas de serviço e iss
Superior Casal - **somente cama de casal	Single/double	R\$ 269,00	café da manhã	Mais taxas de serviço e iss
Luxo Twin - ** 2 camas de solteiro	Single/ double	R\$ 299,00	café da manhã	Mais taxas de serviço e iss
Luxo Casal - ** somente cama casal	Single/ double	R\$ 309,00	café da manhã	Mais taxas de serviço e iss
Suites - **somente cama casal	single/double	R\$ 379,00	café da manhã	Mais taxas de serviço e iss
Business - ** somente cama de casal	single/double	R\$ 399,00	café da manhã	Mais taxas de serviço e iss

*Custo por quarto.

Consultar disponibilidade diretamente com o Hotel, a CON Treinamentos apenas negocia a tarifa diferenciada. Mas não se responsabiliza ou garante 100% das hospedagens. Faça sua reserva antecipada e garanta sua hospedagem.

INVESTIMENTO



R\$ 3.690,00

(Três mil, seiscentos e noventa reais)

A cada **4 inscrições** nesse congresso, efetuadas pelo mesmo órgão e vinculadas a mesma fonte pagadora, a Con Treinamentos concederá **cortesia** para uma quinta inscrição.

- A CON treinamentos oferece propostas personalizadas para capacitação de grupos e equipes.
- Entre em contato com nossas consultoras.

INSCRIÇÃO E PAGAMENTO

A inscrição poderá ser efetuada pelo telefone **(41) 3376-3967**, através do e-mail **contato@contreinamentos.com.br** ou pelo nosso site **www.contreinamentos.com.br**.

O pagamento deverá ser realizado em nome de ConnectON Marketing de Eventos Ltda, CNPJ 13.859.951/0001-62 nos seguintes bancos:



Banco nº 237

Ag. 3200 - C/C 7760-7



Banco nº 001

Ag. 3041-4 C/C 125.211-9

**Se preferir entre em contato com nossa
central de relacionamento:**



**Central de
Relacionamento:**
(41) 3376-3967



(41) 9 9514-1110

contato@contreinamentos.com.br

Acompanhe nossas Redes Sociais:

